

SUMÁRIO EXECUTIVO

FAVELAS NA MIRA DO TIRO

IMPACTOS DA GUERRA ÀS
DROGAS NA ECONOMIA
DOS TERRITÓRIOS



DROGAS:
QUANTO
CUSTA
PROIBIR



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

EQUIPE

Coordenação geral

Julita Lemgruber

Coordenação de pesquisa

Rachel Machado

Pesquisadoras

Mariana Siracusa

Rachel Machado

Paula Napolião

Consultores

Carolina Botelho

Eduardo Ribeiro

Humberto Kzure-Cerquera

Ignacio Cano

Marcos Hecksher

Thais Custódio

Mapas

Mayckon Vieira

Comunicação

Kecila Barcelos

Renato Cafuzo

Thayná Alves

Ilustração

Renato Cafuzo

Foto da capa

Bruno Itan

Gerência de projetos

Ana Paula Andrade

Apoio

Oak Foundation

OSF Foundations

Drogas: Quanto Custa Proibir é um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e tem como objetivo analisar o custo econômico da proibição das drogas em quatro áreas: Segurança e Justiça, Educação, Saúde e Território. A primeira etapa (*Um tiro no pé*) demonstrou que as instituições do sistema de justiça criminal dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro gastam R\$ 5,2 bilhões por ano somente com a implementação da Lei de Drogas (11.343/06). A segunda (*Tiros no futuro*), revelou que crianças submetidas a uma rotina de tiroteios envolvendo agentes de segurança podem perder cerca de 60% do aprendizado esperado em Língua Portuguesa e mais de 100% em Matemática, o que pode comprometer a renda futura. Já a terceira etapa (*Saúde na linha do tiro*), revelou que esses mesmos tiroteios não só interrompem o funcionamento de unidades de saúde, mas aumentam as chances de moradores de favelas desenvolverem ansiedade, depressão, insônia prolongada e hipertensão arterial.

Finalmente, a presente etapa, *Favelas na mira do tiro*, analisa os impactos econômicos da guerra às drogas para moradores, comerciantes e prestadores de serviços das favelas mais expostas a tiroteios com presença de agentes de segurança. Além disso, a pesquisa mostra como as definições de favela produzidas pelo Estado são carregadas de estigmas e orientam ações ineficientes, seja pela via da urbanização, ou por abordagens militarizadas que, em grande medida, são influenciadas por essa visão.

Para conhecer os dados e relatórios completos, acesse: www.drogasquantocustaproibir.com.br



Quanto uma pessoa deixa de ganhar ao ser impedida de trabalhar por causa de um tiroteio? Qual o prejuízo na renda de uma família que teve um objeto danificado por tiros? Quanto um comerciante perde do seu faturamento ao fechar seu estabelecimento durante uma operação policial? Estas são questões que guiaram esta etapa do projeto (*Favelas na mira do tiro*).

A pesquisa selecionou os dois territórios com a maior incidência de tiroteios com a participação de agentes de segurança – os complexos da Penha e Manguinhos – onde foram aplicados 800 questionários a moradores em 2022. Adicionalmente, foram identificadas as duas favelas mais afetadas pelos tiroteios em cada um desses complexos – Vila Cruzeiro e Mandela de Pedra (conhecida pelos moradores como Terrenos) – com o objetivo de medir o impacto dessas ações no funcionamento e faturamento dos comércios locais. Para localizar e identificar todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços foi realizado, em parceria com os moradores, um cadastramento de todos os empreendimentos existentes nas duas favelas. Em 2023 participaram da pesquisa 303 estabelecimentos: 236 na Vila Cruzeiro e 67 em Mandela de Pedra.

Esses dados aqui apresentados comprovam que o Estado escolhe investir em estratégias ineficazes que produzem impactos irreversíveis na vida das pessoas, sobretudo da população negra, pobre e periférica. Não há dúvida de que o maior dano causado pela guerra às drogas não é monetário; as mortes, o sofrimento e a dor gerados por operações policiais justificadas pelo combate às drogas não são quantificáveis. A juventude negra tem seu futuro interrompido e moradores de favela são vítimas de uma guerra da qual não escolheram fazer parte.

Os resultados das diferentes etapas do projeto *Drogas: Quanto Custa Proibir* demonstraram que além de mortes e violações de direitos, a guerra às drogas custa bilhões aos cofres públicos. Além disso, causa danos à saúde e ao desempenho escolar de adultos e crianças em favelas que sofrem com tiroteios quase diários e provoca prejuízos financeiros para moradores e comerciantes desses espaços.



FAVELA: UMA CATEGORIA EM DISPUTA

Ao considerar a literatura disponível sobre o tema, sabe-se que o termo “favela” tem sido usado tradicionalmente pelo poder público para caracterizar espaços tidos como precários e violentos. No imaginário social, favelas seriam lugares de moradia nos quais não há qualquer infraestrutura urbana como saneamento, água, luz ou ordenamento. Esta visão racista e estereotipada que homogeneiza territórios tão diversos não surgiu da noite para o dia; pelo contrário, foi construída ao longo de décadas e é herança de uma sociedade cujo pilar foi a escravização e exploração da população negra.

O próprio surgimento das favelas, no início do século XX, reflete esse tipo de pensamento segregacionista construído e disseminado na sociedade. A remoção dos primeiros cortiços cariocas foi marcada por ações repressivas das polícias para expulsar moradores de suas habitações e também por muita resistência daqueles que eram despejados. Justificava-se a truculência policial com a necessidade de se fazer uma “limpeza” nesses locais e com um “zelo” hipócrita pela saúde pública como principal argumento para o despejo das classes consideradas indesejáveis.

Com a retirada dos cortiços, esta parcela da população passou a ocupar encostas e subidas de morros como forma de se manter próxima à área central da cidade e de seus locais de trabalho. Os terrenos ocupados eram lotes irregulares ou em processo de regularização. Essas habitações originaram o que se entende hoje por favela.

As favelas são formadas *apesar* da histórica ausência de investimentos públicos e privados. A precariedade a que as definições oficiais se referem é reflexo da violação e negação de direitos fundamentais como moradia, renda, educação e lazer. Para que o conceito “favela” inclua a complexidade presente nesses locais, é preciso romper com qualquer forma de padronização e compreender as favelas em suas especificidades sociais, culturais, econômicas e políticas.

A construção social da favela como espaço relacionado ao crime foi o resultado de um longo processo de criminalização da cultura negra, praticado cotidianamente e reforçado de maneira sistemática pela sociedade. As ferramentas de perpetuação do racismo atualizam-se em novas formas de exclusão e extermínio da população negra. No início do século XX, o inimigo interno que precisava ser combatido materializava-se na figura de negros que haviam sido escravizados e classes pobres moradoras de cortiços. Hoje, o alvo é o jovem negro de favela, enquadrado como traficante mesmo que não tenha qualquer ligação com o varejo de drogas. Os tempos passam e os mesmos corpos negros continuam “indesejáveis” e passíveis de serem mortos.

COMO FOI REALIZADA A PESQUISA?

MÉTODOS EMPREGADOS

Para medir os impactos econômicos da guerra às drogas para moradores e comerciantes das favelas cariocas, selecionou-se dois territórios com a maior incidência de tiroteios envolvendo agentes de segurança entre junho de 2021 e maio de 2022: os complexos da Penha e Manguinhos. Foram aplicados 400 questionários aos moradores maiores de 18 anos em cada complexo em 2022. Além disso, foram selecionadas as duas favelas mais afetadas por esses tiroteios em ambos os complexos – Vila Cruzeiro e Mandela de Pedra – com o objetivo de medir os impactos dessas ações nos comércios locais. Foi feito um mapeamento dos pontos de comércio existentes nas duas favelas. Após três meses, realizou-se um censo com a participação de todos os estabelecimentos que ainda estavam ativos em 2023. As figuras abaixo apresentam os complexos e as favelas selecionadas na pesquisa.

FIGURA 1: MAPA DO COMPLEXO DA PENHA



Nota: 1 - Rua Laudelino Freire; 2 - Vila Proletária da Penha; 3 - Vila Cruzeiro; 4 - Morro do Cariri.
Fonte: Limite das Favelas, 2019, Instituto Pereira Passos (elaboração própria).

FIGURA 2: MAPA DO COMPLEXO DE MANGUINHOS

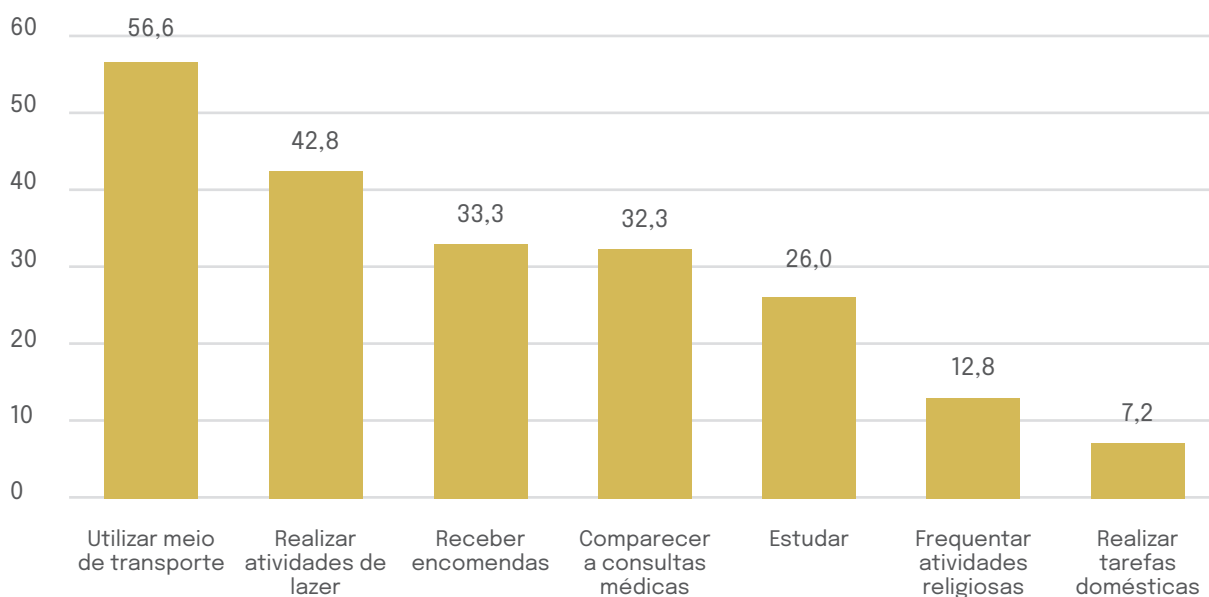


Nota: 1 - Parque Carlos Chagas; 2 - Mandela de Pedra; 3 - Vitória de Manguinhos; 4 - Parque João Goulart; 5 - Vila Turismo; 6 - CHP-2; 7 - Vila União.
Fonte: Limite das Favelas, 2019, Instituto Pereira Passos (elaboração própria).

IMPACTOS DAS AÇÕES POLICIAIS NA ECONOMIA DAS FAVELAS

As operações policiais impõem uma rotina de medo e insegurança aos moradores e afetam de maneira dramática a vida de milhares de pessoas. Os dados ilustram essa dura realidade: 87,9% dos entrevistados relataram a ocorrência de ações da polícia nos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre os que exerceram atividades remuneradas (69%) e souberam de uma ou mais operações policiais no período, 60,4% ficou impedida de trabalhar por causa desses episódios. As ações policiais ainda impossibilitaram 54% dos moradores de realizarem outras atividades conforme mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1: ATIVIDADES IMPEDIDAS EM DECORRÊNCIA DE AÇÕES POLICIAIS NOS COMPLEXOS DA PENHA E MANGUINHOS NOS DOZE MESES ANTERIORES À PESQUISA (EM %)



Os vários prejuízos relatados por moradores, comerciantes e prestadores de serviço permitem calcular as perdas de renda por dias não trabalhados e os custos de reparo/reposição de bens danificados. Os moradores que relataram ter tido pelo menos um bem danificado ou destruído em consequência de ações da polícia nos 12 meses anteriores à pesquisa representam 16,5% do total. Destaca-se a proporção de 10,9% que sofreram danos na estrutura de sua casa, como tiros em paredes, janelas, telhados, caixas d'água, encanamentos, portas arruinadas e portões destruídos, estragos que somaram R\$ 1,1 milhão em prejuízos totais. Danos a veículos prejudicam uma proporção menor de pessoas (3,8%), mas, como envolvem perdas de valor médio mais alto, os custos de reposição são maiores entre todos os grupos de bens

(R\$ 1,6 milhão por ano). Os relatos registrados na pesquisa incluem tiros, arranhões e amassados em veículos motorizados e bicicletas, além de queixas mais diretas à polícia, como “quebraram a moto”, “quebraram o carro” ou “o caveirão passou por cima”.

TABELA 1: PREJUÍZOS NOS BENS DOS MORADORES EM DECORRÊNCIA DE AÇÕES POLICIAIS NOS COMPLEXOS DA PENHA E MANGUINHOS NOS DOZE MESES ANTERIORES À PESQUISA

Bem danificado ou destruído	Moradores com bens danificados (%)	Prejuízo médio dos afetados (R\$)	Prejuízo médio por morador adulto (R\$)	Prejuízo total nos dois complexos (R\$)
Eletrodoméstico	1,3%	1.695,70	21,20	841.851,46
Eletrônico	1,9%	1.142,00	21,41	850.440,26
Móveis	1,1%	486,67	5,48	217.450,59
Estrutura da casa	10,9%	260,23	28,30	1.123.991,10
Veículos	3,8%	1.063,33	39,88	1.583.715,38
Outros	0,8%	225,00	1,69	67.022,44
Total	16,5%	714,83	117,95	4.684.471,23

Quanto aos empreendimentos, a pesquisa mostrou que a atividade comercial nessas favelas é grande. Salões de beleza, barbearias, depósitos de bebidas, lanchonetes e lojas de roupas provocam intenso movimento diurno e noturno nas ruas e vielas dessas localidades. Os impactos relatados sobre o funcionamento dos comércios e os prejuízos no faturamento escancararam a violação de direitos nesses territórios. Na Vila Cruzeiro, 51,3% dos comerciantes e prestadores de serviço relataram o fechamento do estabelecimento em decorrência de ações policiais, o mesmo ocorreu com 46,3% dos empreendedores de Mandela de Pedra. Esses episódios acarretaram uma diminuição nas vendas e atendimentos em 43,2% dos estabelecimentos na Vila Cruzeiro e 79,1% em Mandela de Pedra.



Em resumo, as perdas dos moradores dos complexos da Penha e Manguinhos chegam a **R\$ 14 milhões** por ano, sendo R\$ 9,4 milhões por dias de trabalho perdidos em função de tiroteios com participação de agentes e R\$ 4,7 milhões por danos nos bens individuais. Já no caso dos comerciantes de áreas específicas desses dois complexos – Vila Cruzeiro e Mandela de Pedra (que compõem um universo muito menor) – o prejuízo total estimado foi de **R\$ 2,5 milhões** por ano, representando mais de um terço (**34,2%**) do faturamento médio dos empreendedores das duas áreas.

TABELA 2: RESUMO DOS PREJUÍZOS AOS MORADORES DOS COMPLEXOS DA PENHA E MANGUINHOS E DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA VILA CRUZEIRO E MANDELA DE PEDRA EM DECORRÊNCIA DE AÇÕES POLICIAIS NOS DOZE MESES ANTERIORES À PESQUISA (R\$)

Prejuízos	Moradores	Estabelecimentos comerciais/prestação de serviços		
		Vila Cruzeiro	Mandela de Pedra	Ambas as comunidades
Na renda / faturamento (R\$)	9.364.543	1.532.550	943.950	2.476.500
Nos bens (R\$)	4.684.471	50.517	12.675	63.192
Total (R\$)	14.049.014	1.583.067	956.625	2.539.692



CONCLUSÃO

Grande parcela da sociedade não reflete sobre quanto os moradores de favelas deixam de ganhar ao serem impedidos de trabalhar por causa de um tiroteio. Também não costuma pensar sobre os prejuízos de famílias que têm bens danificados em função de operações policiais nem mesmo quanto um comerciante de favela perde ao ser obrigado a fechar seu negócio durante incursões policiais quase diárias nesses territórios.

A partir dos impactos econômicos provocados pela guerra às drogas apresentados nesta pesquisa, propõe-se um exercício de imaginação: o que aconteceria se, em áreas nobres da cidade, as ações da polícia causassem perdas da mesma proporção? Por quanto tempo esse tipo de política seria tolerada? Em se tratando de territórios criminalizados e marginalizados, majoritariamente ocupados por negros, esses prejuízos aprofundam as desigualdades raciais, sociais e econômicas em uma sociedade marcada pela injustiça.

De acordo com a lógica de dominação, que não se aboliu com o fim da escravidão, a população negra está “na lata de lixo da sociedade brasileira”, como disse a intelectual Lélia Gonzales¹. Para estes corpos, as cidades foram projetadas para o controle e a exclusão. Apesar do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, as favelas – estes quilombos urbanos, continuam produzindo vida. Ainda que o Estado gere mortes e perdas econômicas para os moradores das periferias, os corpos favelados resistem.



¹ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista de Ciências Sociais hoje*, v. 2, n.1, p.223-244, 1984. Disponível em: bit.ly/3QTMuip



drogasquantocustaproibir.com.br



[@drogas_quantocustaproibir](https://www.instagram.com/drogas_quantocustaproibir)



[@CustoProibicao](https://twitter.com/CustoProibicao)

Ilustrações

Renato Cafuzo

Foto da capa

Bruno Itan

Diagramação

Refinaria Design

**DROGAS:
QUANTO
CUSTA
PROIBIR**

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Fundado em 2000, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) desenvolve pesquisas e outros projetos nas áreas de segurança pública, justiça e política de drogas, tendo como compromisso a promoção dos direitos humanos e a luta contra o racismo no sistema de justiça criminal brasileiro.

cesecseguranca.com.br